

Dispositivo Desenvolvimento Sustentável: o mapeamento das linhas de forças¹

Noêmia Félix da Silva²

Dione Oliveira Moura³

Resumo: Este trabalho de pesquisa objetivou a identificação das linhas de forças imbricadas nas relações de poder-saber na emergência histórica do que chamamos de Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) na atualidade. A base teórica deste trabalho se sustenta na plêiade de autores ambientais e principalmente das leituras e compreensões da obra de Michel Foucault sobre o conceito de dispositivo, de elementos da análise discursiva, somados a perspectiva analítica de Deleuze (1996, 2005). A análise traz elementos de dois momentos históricos distintos criados pela ONU, com o objetivo de tratar do surgimento da crise ambiental contemporânea: a Conferência de Estocolmo de 1972 e a Conferência Rio+20. Sendo que o segundo momento analisado a partir da cobertura dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*.

Palavras-chave: Jornalismo. Meio ambiente. Dispositivo Desenvolvimento Sustentável. Linhas de Forças. Foucault.

1. O dispositivo no pensamento foucaultiano

O objetivo deste trabalho foi o de buscar e fazer escolhas, experimentar e descobrir elementos que possam nos auxiliar na compreensão desse fenômeno moderno e formular apostas intelectuais, uma vez que, conforme diz Courtine (2013, p. 7), “não se pode ler

¹ Este artigo, elaborado em coautoria por Silva e Moura traz parte dos resultados da tese doutoral de Silva (2017), tese defendida e aprovada junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da co-autora Moura.

² Doutora e mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente na Escola de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). Pesquisadora em Jornalismo, orientadora de graduação e de Iniciação Científica. É sócia da SBPJor. E-mail: noemiefelix@terra.com.br

³ Doutora em Ciências da Informação pela UnB. Docente na Faculdade de Comunicação da UnB. Pesquisadora em Jornalismo. Pesquisadora Associada Sênior no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB (2018-2010). Na SBPJor, sócia fundadora, atuou na diretoria por três mandatos (2003-2013) e como coautora do Projeto Editorial da *Brazilian Journalism Research* (BJR). Atuou na Diretoria da SOCICOM e atua como Diretora Centro-Oeste II na ABEJ (Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (2018-2020). E-mail: dioneoliveiramoura@gmail.com

Foucault sem fazer em seus confrontos aquilo que ele mesmo fez com uma constância impressionante: apostas intelectuais”.

Deste modo, partindo do conceito de dispositivo a seguir explanado, a nossa aposta intelectual é a de que o desenvolvimento sustentável seja um dispositivo que, desde as condições de sua emergência nos anos 1960, vem estabelecendo uma rede de forças e de visibilidades no presente, produzindo efeitos, práticas, positivities e sujeitos. Nessa rede, ou linhas, gostaríamos de situar a atuação do jornalismo, de como ele é entrecortado por esse dispositivo e o que o jornalismo faz falar, mostrar sobre ele no presente, e como faz parte deste campo de lutas e embates, portanto, de linhas de forças.

O conceito de dispositivo é central neste trabalho, pois o discurso, na visão foucaultiana, deve ser compreendido a partir dele. Veyne (2011) destaca que muitas vezes o discurso foi mal compreendido na obra de Foucault, pois, ao longo dela, quando se lia o termo discurso, ele estava na verdade referindo-se às “práticas discursivas”, aos “pressupostos”, à “episteme”, ao “dispositivo”. Agamben (2005) também coaduna com essa ideia, e defende que, a partir da segunda metade dos anos de 1970 – quando Foucault se debruça sobre o “governo dos homens” (a governabilidade) –, a noção de dispositivo tornou-se um termo técnico decisivo no seu pensamento.

Dreyfus e Rabinow (2010) esclarecem que a noção de dispositivo é muito complexa, e em suas análises reúnem as instâncias de poder e de saber em uma mesma grade analítica, elementos que serão discutidos neste trabalho. No momento, vale ressaltar que o termo dispositivo foi sendo delineado ao longo dos trabalhos de Foucault e vai se apresentar de forma mais clara a partir dos estudos realizados depois de *Arqueologia do saber* ([1969] 2007), quando ele inicia uma nova problemática de pesquisa, focada na preocupação do saber em suas relações com o poder, o que marca a passagem de sua fase arqueológica para a genealógica. É nessa fase que Foucault introduz as análises do poder e tem como objeto o dispositivo, já que antes disso o filósofo estava centrado no estudo do objeto *episteme*. A *episteme* e o dispositivo são práticas, sendo que a primeira é exclusivamente discursiva e o segundo inclui também as práticas não discursivas. Foucault (2012, p. 367) ressalta a diferenciação que faz entre dispositivo e *episteme*:

O que chamo de dispositivo é algo muito mais geral, que compreende a *épistémè*. Ou melhor, que a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos.

O conceito de prática acompanha toda a obra de Foucault, e, apesar de não ser detalhado em um trabalho específico, ele pode ser reconstruído ao longo de suas obras (CASTRO, 2009). Então, podemos afirmar que o dispositivo é considerado uma prática mais geral do que a *episteme* e é compreendido como arranjos de poder presentes em relações dispersas no cotidiano, possibilitando afirmações, negações, teorias e todo um jogo de verdades que podem ser identificados nas práticas discursivas. Para Fernandes (2012), o interesse de Foucault volta-se para o exame da produção de verdades, por meio dos discursos e dos dispositivos de poder, e seu objetivo foi o de verificar em que medida um dispositivo de poder incita a produção de enunciados, de discursos e, conseqüentemente, de práticas.

O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder e ligado a uma configuração de saber que dele nasce. Para Foucault (2012, p. 246), o dispositivo são “estratégias e relações de força sustentando tipos de saber”. O interessante é que o próprio discurso, dependendo do seu funcionamento, pode atingir o *status* de dispositivo e agir como efeito de dispositivo. Para Veyne (2011), o dispositivo implica o poder e o saber na constituição de um espaço variável, e o saber “justifica um poder e esse poder põe em ação o saber e todo um dispositivo de leis, direitos, regulamentos, práticas e institucionaliza o todo como sendo a própria verdade” (VEYNE, 2011, p. 55). Assim, para compreender o que Foucault entende por dispositivo, as noções de poder, de saber e de verdade são as chaves, e iremos realizar essa discussão a seguir, com o objetivo de identificar a formação do que chamamos de Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS).

2. Etapas e composição da *corpora* da pesquisa

A composição da *corpora* de pesquisa foi realizada a partir dos três *corpus* em três etapas da pesquisa, como relatado em maior detalhamento em Silva (2017). Tendo em vista que um arquivo nunca pode ser apreendido e descrito na sua totalidade, estabelecemos o *corpus* a partir do recorte dos enunciados, considerando uma dada especificidade apresentada na leitura do arquivo e com o objetivo de perceber a irrupção de um acontecimento, ou seja, de como surgiu determinado enunciado (SARGENTINI; SÁ; RIBEIRO, 2011). Dessa maneira, levamos em conta dois aspectos importantes para o recorte do arquivo: primeiro, uma abordagem diacrônica, na busca pelo dito em momentos diferentes, nos elementos históricos que compõem esse arquivo (MOURA, D., 2001). O discurso como “práticas” sustentadas em regras anônimas e históricas, em um espaço e tempo determinado, definido em uma dada época e área, seja ela, social, econômica, geográfica ou linguística, e em uma

batalha discursiva, na dinâmica dos enunciados nos atos dos sujeitos situados historicamente (FOUCAULT, 2007).

Desse modo, analisamos a emergência histórica do Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo a rede de relações e a interconexão entre os elementos heterogêneos relacionados ao desenvolvimento sustentável, por meio dos objetos visíveis e dos enunciados formuláveis. A análise foi realizada em três movimentos de apreensão do objeto: o surgimento da urgência histórica das questões ambientais na Era Moderna (Análise Diacrônica), o nascimento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (Análise Diacrônica) e a manifestação do DDS por meio da cobertura jornalística da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 2012 (Análise Sincrônica).

O primeiro *corpus* da Etapa 1 do Recorte Diacrônico foi composto por análises de livros que tratam da questão ambiental; que trazem levantamentos históricos, econômicos, políticos e sociais da sociedade contemporânea; e alguns que se tornaram *best-sellers* por popularizar questões relativas ao meio ambiente. Entre os primeiros, citamos o livro do historiador ambiental Jonh McCormick (1992), *Rumos ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*, que traz um amplo levantamento histórico sobre as questões ambientais e do ambientalismo mundial até o fim da década de 1980. Entre os que realizaram levantamentos dos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais que compuseram a Era Moderna, estão a obra do historiador Eric J. Hobsbawm (1995), *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, e a obra do sociólogo português Boaventura Santos (2001), *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Já entre os livros que se tornaram *best-sellers* nos anos de 1960 e 1970, traduzidos para diversas línguas e que ampliaram e popularizaram as problemáticas ambientais na opinião pública, antes restritas aos meios acadêmicos, foram analisados: *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), da bióloga norte-americana, Rachel Carson ([1962]2013), *The population bomb* (A população bomba), do biólogo norte-americano Paul Ehrlich (1968); *Tragedy of the Commons* (Tragédia das áreas comuns), do biólogo norte-americano Garret Hardin (1968); e *The Limits to Growth* (*Os limites do crescimento*), de Meadows *et al.* (1978), autores responsáveis por organizar o relatório do Instituto Tecnológico de Massachussetts.

O *corpus* da Etapa 2 do Recorte Diacrônico foi composto pela análise dos seguintes documentos: Relatório do Seminario Regional Latinoamericano sobre los Problemas del Medio Ambiente Humano y el Desarrollo (CEPAL, 1971a), Relatório Founex (CEPAL,

1971b), Relatório Uma Terra Somente (CEPAL, 1971c), Declaração de Estocolmo (NAÇÕES UNIDAS, 1972a), Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972a), Plano de Ação de Estocolmo (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972b), Relatório da América Latina (CEPAL, 1973), Geo 3 (PNUMA, 2004), “A Estratégia Mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para alcançar o desenvolvimento sustentável” (UICN; PNUMA; WWF, 1980), Relatório Brundtland (CMMAD, 1991). Também compuseram o *corpus* dessa etapa os livros *Rumos ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*, de McCormick (1992) e *Uma Terra Somente*, de Ward e Dubos (1973).

A composição do terceiro *corpus* da Etapa 3 da pesquisa levou em consideração as notícias publicadas por três jornais – *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* –, nas quais procuramos identificar os pontos singulares entre as relações de força e de resistências nas discussões da Rio+20. Para a seleção desses pontos, foi realizada uma pesquisa exploratória no material coletado do dia 1º a 27 de junho de 2012. Um segundo recorte foi realizado neste arquivo, e a partir de uma nova pesquisa exploratória foi realizada nos 113 textos jornalísticos do dia 16 a 20 de junho de 2012, período da negociação final do documento. Foram identificados assuntos diversos sobre o evento, no entanto, procuramos nos focar nos textos que tratassem diretamente das relações de força da composição do documento final e afunilamos para 52 matérias jornalísticas nos três veículos: *O Globo* (24 textos), *O Estado de S. Paulo* (19 textos) e *Folha de S. Paulo* (nove textos). Procuramos localizar as cadeias discursivas nos textos jornalísticos que demonstram as linhas e inflexões do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS). Assim, o *corpus* da Etapa 3 (Recorte Sincrônico) foi composto de 52 textos jornalísticos dos três jornais.

3. Dispositivo e as relações de poder: um método analítico

Primeiramente, vale evidenciar que a noção de dispositivo se apresenta como método, como um caminho de análise a ser percorrido. No entanto, falar em método aplicável a objetos diferentes dos domínios foucaultianos requer alguns cuidados, uma vez que não há um método fechado que se aplique a uma infinidade de objetos. Ao longo dos seus escritos, Foucault deixa claro que suas metodologias foram construídas para compreender objetos específicos e delimitados, a saber: a loucura, a prisão, a sexualidade. No entanto, isto não nos impede ao pensar junto com o autor ir para além dos objetos estudados por ele definidos e pensar a noção de dispositivos em outros objetos possíveis. Pois como bem apontou Agamben

(2005), Dreyfus e Rabinow (2010) e Veyne (2011), o dispositivo é um elemento central no pensamento foucaultiano o que nos possibilita na compreensão do presente e do atual e de seus inúmeros dispositivos. Assim, esse conceito é importante para a pesquisa, no sentido de nos ajudar a compreender a emergência do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) e como o jornalismo se relaciona com essa rede formada por ele.

Com base no dispositivo como uma categoria central e um método no pensamento, foucaultiano, Stassum e Assmann (2010) o têm como um caminho a ser percorrido para alcançar um objeto e acreditam ser ele “o mapa desse caminho, mas também, o próprio ponto de chegada” (p. 75). Evidenciamos que a noção de dispositivo se apresenta como método e como objeto neste trabalho, e como caminho de análise a ser percorrido iremos utilizar as discussões foucaultianas e as de seus comentadores. No entanto, só isso não é suficiente e não configura o ponto de chegada.

Retomando a discussão sobre o que é dispositivo para Foucault, usaremos uma definição apresentada pelo filósofo em uma entrevista concedida a Alain Grosrichard em 1977, publicada na França e traduzida para o português no texto *Sobre a história da sexualidade*, que consta do livro *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2012). Nessa entrevista, Foucault (2012) faz uma síntese do conceito de dispositivo, que, segundo ele, é constituído por elementos diversos:

[É] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. (p. 364)

Foucault amplia a concepção de dispositivo, que passa a englobar também os não ditos. Dessa maneira, diversos elementos o caracterizam, para além dos discursivos discutidos pelo autor até *Arqueologia do Saber* ([1969]2007). Foucault (2012, p. 363) aponta o dispositivo como um “tipo de formação” que, em um momento histórico específico, teve como função responder a uma urgência. Trazendo isso para pensar o nosso objeto, fazemos uma aposta intelectual de que o DS vem responder a uma urgência surgida a partir dos anos 1960. A saber, as problemáticas ambientais que passaram a existir na esfera pública política a partir deste período.

O sociólogo ambiental Jonh Hannigan (2009), juntamente com Beck (1995, 2010), Campos (2006), Giddens (1991, 1997), Machado, V. (2005), McCormick (1992) e Moura, D. (2003, 2005) enumeram diversos fatores que possibilitaram o surgimento da questão

ambiental como um problema a ser debatido e enfrentado de forma internacional: 1) o terror causado pelo uso das armas nucleares nas décadas de 1940, 1950 e 1960; 2) a politização decorrente da publicação para o grande público de estudos técnicos sobre problemas relacionados ao meio ambiente, até então restritos aos meios acadêmicos e científicos, e que se tornaram *best-sellers*; 3) a ocorrência de desastres ecológicos divulgados amplamente pela mídia; 4) o avanço da Biologia; 5) o surgimento de uma nova disciplina científica, a Ecologia; 6) a emergência de novos movimentos sociais em defesa das causas ambientais.

A partir do temor gerado pelas consequências da corrida armamentista durante o período da Guerra Fria e do acidente de Chernobyl, Moura, D. (2003) ressalta que as consequências do uso da energia nuclear e os incidentes ambientais trouxeram novas perspectivas sobre os riscos e perigos enfrentados pelos seres humanos com o advento das tecnologias. A autora ressalta que as mudanças ambientais de níveis globais, tais como efeito estufa, buraco na camada de ozônio, desmatamentos florestais nos trópicos, assim como os acidentes nucleares e o acúmulo de lixo tóxico, colocam em destaque a questão do risco.

4. A cartografia das forças em exercícios no dispositivo desenvolvimento sustentável

A partir de uma perspectiva da obra foucaultina, Deleuze (1996) compreende o dispositivo como um conjunto multilinear composto por linhas de natureza diferente que podem ser quebradas e sujeitas a direções diferentes e diversas, bifurcadas, forquilhadas e submetidas às derivações. Essa grade multilinear do dispositivo é composta por três dimensões (saber-poder-subjetividade).

Deleuze (1996) descreve que as linhas não têm formas definidas e são “cadeias de variáveis que se destacam uma das outras”, são resultados de crises, de “fissuras”, de “fracturas”, como também de “sedimentação”. Ele ressalta que, para compreender as linhas de um dispositivo, faz-se necessário construir um mapa e realizar uma cartografia da sua estruturação. O autor identifica quatro dimensões do dispositivo: curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de força (poder-saber) e linhas de subjetivação. Neste trabalho iremos nos centrar no mapeamento das linhas de força que estão em exercício no dispositivo. São linhas em movimento que atravessam as linhas de enunciação e de visibilidade, e tangenciam as coisas e as palavras. “A linha de forças produz-se ‘em toda a relação de um ponto a outro’ e passa por todos os lugares de um dispositivo” (DELEUZE, 1996, p. 1). Essa é a dimensão do poder articulada com o saber.

5. A constituição das relações de forças sobre a questão ambiental: emerge uma problemática ambiental

No início da década de 1970, as inquietações em torno da degradação ambiental e das condições de sustentação da vida no planeta acentuaram-se e generalizaram-se nos países desenvolvidos do Ocidente. Junto com essas impressões, fortaleceu-se uma consciência ambiental, em grande parte devido à atuação dos movimentos sociais, que nesse período reforçaram a luta por mudanças, pela garantia dos direitos civis e de gênero, e pela paz nos Estados Unidos e em parte da Europa, colocando em jogo outras questões que não estavam diretamente vinculadas à satisfação material ou econômica, tal como a necessidade da preservação da vida e dos sistemas ecológicos planetários como condição de existência da atual e das futuras gerações.

Dessa maneira, o crescimento das manifestações sociais acelerou a ampliação dos espaços institucionais de discussão da problemática ambiental. Na época, o nível de poluição do ar nas proximidades das áreas de complexos industriais gerou um problema de saúde pública nos Estados Unidos; em países europeus, principalmente na Alemanha e na Inglaterra; e no Japão. Junto com a poluição causada pelos veículos nas grandes cidades, surgiu o fenômeno das chuvas ácidas, que afetou principalmente os países escandinavos, tornando mais evidente a complexidade das cadeias destrutivas geradas pela degradação ambiental e o alcance transnacional de muitos dos seus efeitos. As tentativas de resolução exigiram, portanto, não só um tratamento mais amplo da questão, como também a formação de uma cooperação internacional articulada mundialmente (MACHADO, V., 2005).

Preocupados com os efeitos da precipitação das chuvas ácidas sobre seu território, em 1969 o governo da Suécia⁴ abriu uma representação no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) solicitando uma conferência para discutir as possibilidades de negociação de mecanismos de controle e redução das emissões de gases poluentes por parte dos países responsáveis pela poluição geradora das precipitações ácidas sobre seu território. A partir dessa representação, teve início o processo de preparação de uma Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, cuja sugestão foi encaminhada pelo Conselho à Assembleia Geral das Nações Unidas (McCORMICK, 1992).

Ao mesmo tempo que, a proposta de uma conferência intergovernamental apontava para a vitória de grupos organizados da sociedade civil para a composição de uma agenda

⁴ A Suécia vinha realizando pesquisas desde a década de 1960 e percebeu um aumento na acidez da chuva no país, o que fez com o que os cientistas reivindicassem ações preventivas (McCORMICK, 1992).

ambiental que discutisse os problemas vivenciados na época, os setores produtivos da indústria, da agricultura e de energia opunham-se fortemente ao fortalecimento das legislações ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O setor produtivo teve de lidar rapidamente com o novo desafio colocado pela discussão ambiental: “Em certos casos, incorporou valores pelos quais lutava o movimento ambientalista. Em outros, encontrou maneiras de enfraquecer ou contornar a legislação ambiental e a atenção da mídia” (LAGO, 2013).

Os embates e lutas desde as prévias da Conferência de Estocolmo giraram em torno de duas perspectivas diferentes sobre as causas dos problemas ambientais para os países industrializados e aqueles em desenvolvimento. Estes últimos firmaram posição no sentido de verem seus interesses atendidos: a inclusão da questão do desenvolvimento na questão ambiental.

Ao inserir as demandas ambientais em uma disputa mais política, estabeleceu-se uma inversão do jogo, passando da prioridade da questão ambiental para outras reivindicações econômicas e sociais, tais como a erradicação da pobreza e o desenvolvimento, que passaram a compor os debates sobre as problemáticas ambientais. Aqui vemos linhas de força a compor as curvas da enunciação.

Diversos documentos produzidos neste período abordaram os problemas gerados pela alta concentração do povoamento humano nas grandes cidades, sendo a pobreza e a miséria como as principais mazelas vivenciadas por essas nações menos desenvolvidas. Como causa dos diversos e complexos problemas vivenciados por esses países é apontado o fato de não terem alcançado o seu desenvolvimento por meio do processo de modernização tecnológica. Desse modo, os documentos apontam que a superação da pobreza e o equilíbrio populacional como uma necessidade que esbarra em diversos obstáculos para ser suprida, tais como o aumento da força de trabalho, os processos de imigração crescentes, a introdução de tecnologias pelas indústrias estrangeiras, com a consequente dispensa de mão de obra, o bloqueio dos mercados externos com produtos altamente qualificados e as tarifas alfandegárias, que impedem a entrada dos produtos do Terceiro Mundo, entre outros (WARD; DUBOS, 1973, p. 196-197). A solução para todos esses problemas apontados pelo documento acima resume-se à busca do desenvolvimento desses países.

Nesse momento parece que vemos o retorno do enunciado de Malthus e de outros tratados científicos baseados no princípio retomado nos ditos desse livro científico, qual seja o enunciado que aparece neste livro não é a repetição de um enunciado de Malthus, pois as

condições de sua formulação na década de 1970 é muito diferente do que foi formulado por Malthus no século XIX.

A descrição do economista inglês Malthus enfatiza unidades de medidas, instituições e distribuição muito diferentes das que estão sendo enfrentadas nas décadas de 1960 e 1970 e colocadas no livro em análise. Eram muito diversos também o número populacional e o conhecimento da agricultura entre essas duas épocas, portanto, não é o mesmo enunciado. Um enunciado, para Foucault (2007b), é em si mesmo uma repetição, embora o que ele repita seja “outra coisa” que pode, contudo, ser-lhe estranhamente semelhante e quase idêntica. A necessidade do controle populacional é colocada em questão, na medida em que condiciona a eficiência da ajuda internacional.

As teses e as soluções defendidas nesse livro coadunavam com as ideias já defendidas pelos pesquisadores em *Os limites do crescimento* (MEADOWS *et al.*, 1978), publicado poucos meses antes da abertura da Conferência de Estocolmo, em 1972. O livro apresenta uma perspectiva quase apocalíptica das consequências do “progresso” nos modos que vinha se desenvolvendo até aquele momento, refletindo uma visão de que a sociedade moderna caminhava para a autodestruição. Esse cenário foi também desenvolvido por diversos autores, o que deu popularidade novamente ao enunciado de que a população mundial ultrapassaria a capacidade de produção de alimentos. Esse ponto de dissensão permeou e esteve presente nos conflitos e discussões durante todas as prévias e na Conferência, apontando para a divisão das responsabilidades sobre as causas e as soluções para a questão ambiental.

A Declaração de Estocolmo possui 26 princípios sem caráter obrigatório, mas com o objetivo de oferecer critérios, um guia e “inspiração” aos “povos do mundo” para preservar e melhorar o meio ambiente humano. Machado, V. (2005, p. 187) acredita que a Declaração de Estocolmo pode ser “considerada uma carta em defesa de uma mobilização global em favor da erradicação do subdesenvolvimento”.

Deste modo, o meio ambiente entrou na lista de prioridades de várias agendas nacionais e regionais no Brasil. E, se antes da Conferência de Estocolmo havia apenas dez ministérios do Meio Ambiente no mundo, em 1982 eles já haviam sido criados em aproximadamente 110 países, em alguns dos quais em nível de departamentos (CLARKE; TIMBERLAKE 1982 *apud* PNUMA, 2004, p. 6). Diversos acordos ambientais multilaterais foram assinados logo após a Conferência, tais como: Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Ramsar), em 1971; Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Patrimônio

Mundial), em 1972; Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), em 1973; Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), 1979; Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em 1982; Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987, completando a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, em 1985; Convenção da Basiléia para o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação (Convenção da Basiléia), em 1989 (PNUMA, 2004).

As relações de força podem vir, conforme Deleuze (2005), a se estratificar e estabilizar, levando à institucionalização. Conforme o autor, as instituições são práticas e formações não discursivas e têm a função de reproduzir as relações de poder e fixá-las. Essas práticas, acentua, possuem aparelhos que organizam as grandes visibilidades e também as regras que são campos de grandes enunciabilidades dos regimes de enunciados. Desse modo, as instituições têm a capacidade de integrar as relações de poder, constituindo saberes que atualizam, remanejamos e redistribuem essas mesmas relações, que, de acordo com sua forma de operar (visibilidades e enunciados), podem ter alcance político, econômico, estético e outros (DELEUZE, 2005).

A Secretaria do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente parece ser desses espaços institucionais que ajudaram na integração e estabilização das relações de poder que foram postas, desde antes da realização da Conferência de Estocolmo, sobre as questões ambientais e que foi se atualizando a partir dos diversos elementos, embates, lutas, conflitos e pontos singulares dos encontros de forças e resistências.

Os diversos seminários, reuniões, eventos, plenárias, discussões e espaços para o debate, além dos acordos ambientais multilaterais, podem ser considerados elementos singulares entre uma série deles, compondo uma linha de força resultante das relações de poder, em um jogo de objetivos estratégicos e de resistências em torno da questão ambiental.

5.1 A identificação das linhas de forças do DDS

A partir dos enunciados discursivos extraídos na realização dos movimentos analíticos diacrônico (Etapas 1 e 2 da pesquisa apresentada) e sincrônico (Etapa 3 da pesquisa), pudemos perceber quatro linhas de força em disputa no Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), a saber:

- *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista;*

- *Linha de Força Conservacionista;*
- *Linha de Força Científica Ecológica;*
- *Linha de Força Equidade Social e Ambiental.*

A *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, em nossa análise, está caracterizada pela busca constante de um desenvolvimento sustentado no crescimento econômico, baseado apenas no aumento da renda per capita, que tem como infinitos os recursos naturais, para sustentar um alto padrão de consumo, baseado no uso de energias fósseis, o que faz com que as questões ambientais sejam tratadas como variáveis a serem solucionadas pela C&T.

A *Linha de Força Conservacionista*, para nós, é identificada como uma derivação da visão preservacionista de uma natureza sagrada e bela, tendo como fundamental a sua proteção como independente de seu valor econômico e/ou utilitário. E a ação humana, por sua vez, é tida como responsável pelos desequilíbrios do meio ambiente natural. Essa vertente evoluiu para uma visão mais conservacionista, caracterizada pela manutenção dos recursos naturais finitos para as necessidades atuais e das futuras gerações, mas com finalidade de uso para o ser humano de modo racional e eficiente.

Percebemos na análise a presença de uma terceira linha de força, a *Científica Ecológica*, que emergiu com o surgimento da Ecologia. Ela é baseada na ecologia dos ecossistemas, considerados como unidades autorreguladas com uma trajetória linear de desenvolvimento em direção a uma particular diversidade biológica e a um estado de estabilidade denominado clímax. Essa visão da natureza enfatiza o relacionamento entre a humanidade e seus ambientes, mediante o comprometimento responsável, respeitável e harmonioso com os ecossistemas. Estes últimos são vistos como possuidores de valores intrínsecos de comunidade, e não como *commodity*, fundindo ecologia e ética, estendendo os direitos de ética ao mundo natural. Essa relação harmoniosa é a resposta aos problemas ambientais.

A quarta e última linha de força que identificamos em nossa análise é caracterizada por um avanço dos pressupostos da justiça ambiental: a *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*. Ela é caracterizada pela busca da equidade política, geográfica e social no enfrentamento da crise ambiental, pois entende que o enriquecimento de poucos não pode ser baseado na expropriação dos mais pobres. Considera que não há desenvolvimento nem crescimento na acumulação do capital oriundo da apropriação dos benefícios do ambiente e

pela imposição do consumo, que submete os mais pobres aos efluentes indesejáveis desse consumo. Essa linha é antagônica à *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, ao questionar os pressupostos do desenvolvimento, indagando sobre o que, como e para quem se produz, apontando para a busca de um novo desenvolvimento e de uma nova lógica econômica que gere equidade nas e entre as gerações presentes e futuras.

5.2 Considerações sobre as Linhas de Força do DDS na cobertura jornalística da Rio+20

Ao todo analisamos 52 textos relativos à Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Rio+20, recortados dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, para o *corpus* sobre as notícias. Identificamos na cobertura jornalística uma grande variedade de pontos singulares e a respeito dos quais foram travadas disputas e batalhas durante a elaboração do documento final da conferência. Trata-se de pontos singulares determinados pelas relações de força que compõem o Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), e que geravam regularidades enunciativas. Deleuze (2005, p. 85) esclarece que a “curva une pontos singulares (a regra)”, e uma regularidade para Foucault (2007) é uma propriedade do enunciado.

Na análise, pudemos perceber as linhas de força em disputas dentro e fora das salas de negociação e presentes na cobertura dos jornais. Vimos que a *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista* foi a mais forte nas negociações, presente desde a Conferência de Estocolmo, tanto nas posições dos países de economias avançadas como na dos países em desenvolvimento. No entanto, essa linha também sofreu modificações. Apesar de a busca do crescimento econômico como meio para o desenvolvimento ser unânime entre os países, foi proposta uma forma diferente de sua mensuração, complementando a medição de riqueza baseada na renda per capita medida pelo Produto Interno Bruto (PIB). O Índice de Riqueza Inclusiva (IRI) é um tipo de “PIB Verde”, um novo índice mundial para medir a riqueza das nações, que soma o capital econômico, o natural e o humano. Desenvolvido por especialistas das Nações Unidas, o índice reúne informações referentes à educação, à expectativa de vida e aos recursos florestais, além da produção industrial.

Temos, desta forma, uma modificação na *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, percebida e caracterizada na análise diacrônica como baseada na renda per capita. Percebemos a criação desse índice como decorrente da influência de elementos da *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*, pois ele procura medir o crescimento econômico não apenas pela renda por pessoa, mas levando em conta a apropriação mais

eficiente dos recursos pela aferição do uso dos recursos florestais e uma produção industrial mais eficiente e de índices para medir a equidade social com os indicadores de educação e expectativa de vida.

Como lembra Deleuze (1996), as linhas entrecruzam-se e misturam-se por meio de variações e até mesmo de acréscimos. No documento da Rio+20, nada é proposto efetivamente sobre a mudança do padrão de consumo do mundo e muito menos sobre o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, levando-nos a perceber que outros atributos da *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista* ainda se faziam presentes. Por exemplo, a visão de que os recursos naturais não são totalmente finitos, pois ainda irão perdurar por muito tempo, ou que outra saída tecnológica será encontrada para substituí-lo no processo de produção, devido à grande resistência dos países em firmar compromissos claros e efetivos para reduzir o alto índice de consumo e para a redução dos subsídios para os combustíveis fósseis.

Na cobertura dos jornais, a *Linha Equidade Social e Ambiental* também pode ser percebida na análise, mas não nos textos jornalísticos sobre as negociações, nos quais percebemos que ela perdeu forças ao longo dos processos de negociações, a ponto de no documento final serem até transformadas, excluídas, modificadas a apenas enunciados fracos, demonstrados pela falta de compromissos concretos de sua realização. Mas percebemos essa linha nas reportagens e entrevistas de outros atores sociais fora das delegações diplomáticas, ao abordarem a crítica ao veto do Vaticano aos direitos reprodutivos, à economia verde como mercantilização da economia e à não criação da tão esperada convenção para a proteção dos mares.

Os protestos ao longo dos cinco dias do evento realizado na cidade do Rio de Janeiro, contra o documento fraco e sem propostas para questões importantes que levassem a uma maior equidade social e ambiental, mostram-nos a presença da *Linha Equidade Social e Ambiental*. As milhares pessoas que se manifestaram nas ruas eram a favor de bens comuns, dos direitos reprodutivos femininos e do combate à pobreza; e pela defesa de propostas de equanimidade geográfica, de gênero, de apropriação recursos naturais e sociais; e contra o atual modelo de crescimento regulado pelo mercado, a mercantilização dos bens naturais, a economia verde, os combustíveis fósseis e outras ações que vão contra a perspectiva que leve a um mundo mais equitativo para as atuais gerações e entre os países. Desse modo, podemos perceber a presença da *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*. Por último, e não menos importante, a *Linha de Força Científica Ecológica* muito presente na década de 1970,

foi pouco abordada na cobertura jornalística no período analisado. Isso não significa, todavia, que ela não esteja presente nos jornais, mas do momento do recorte ao *corpus*, pouco pudemos perceber dessa linha de força.

Apesar das resistências impostas à *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*, percebemos o seu fortalecimento não só nas ruas, com os protestos e posições dos diversos atores sociais, como também no fortalecimento de sua institucionalização nas Nações Unidas. A configuração institucional da ONU para o tema do desenvolvimento sustentável se ampliou, tanto no aumento das funções e em um orçamento próprio para o PNUMA como pela criação de um Fórum de Alto nível com a participação de todos os Estados-membros (UNEA).

Assim percebemos que o DDS, analisado tanto na primeira Grande Conferência ambiental das Nações Unidas (Estocolmo) como na última (Rio+20), emergiu da crise ambiental gerada pela industrialização global nos anos 1950, ganhou força, visibilidade e enunciabilidade, por conta do temor da população ante a destruição do ambiente humano pelas armas nucleares e pela deterioração do meio ambiente, da popularização dos enunciados científicos sobre os riscos e perigos gerados pela C&T, pela predominância de uma lógica econômica de superexploração dos recursos naturais e pela força dos movimentos sociais. Essas lutas e embates, discursos e resistências levaram a formação de linhas de forças que vem se estruturando e se modificando ao longo de décadas. Procuramos aqui mostrar algumas dessas linhas cartografadas na pesquisa e quem fazem parte da formação do DDS.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** – rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CAMPOS, Beatriz Santamarina. **Ecologia y poder**: el discurso medioambiental como mercancía. Madri/Espanha: Catarata, 2006.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa** [1962]. 3ª reimp. São Paulo: Editora Gaia, 2013.
- CASTRO, Araújo. **Discurso na XVIII**. Assembleia Geral das Nações Unidas em 1963.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CEPAL (1971a). ST/ECLA/CONF.40/L.2: **El medio ambiente humano y el desarrollo económico em América Latina**. Seminario regional latinoamericano sobre los problemas del medio ambiente humano y el desarrollo. Consejo Económico y Social. México.

CEPAL (1971b). ST/ECLA/CONF.40/L.3: **El desarrollo y el medio ambiente**: Seminario regional latinoamericano sobre los problemas del medio ambiente humano y el desarrollo. Consejo Económico y Social. México.

CEPAL (1971C). ST/ECLA/CONF. 40/L.4: **Informe del secretario general**. Consejo Económico y Social. México.

CEPAL (1972). Int/2299. Resultados de la conferencia de las naciones unidas sobre el medio humano.

CEPAL (1973). E/CN.12/957: **Actividades de la CEPAL respecto al programa de las Naciones Unidas sobre el medio ambiente**. Nota de la secretaría. Quito, Equador.

CMMAD (1991). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Veja – Passagens, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

DREYFUS, Hubert, L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ERLICH, Paul. **The population bomb**. New York: Rivercity Press, 1968.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GIDDENS, Anthony. Risco, confiança e reflexividade. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1995, p. 219-234.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**. v. 162, p. 1244-1248, 1968.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio, Johannesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Conferências de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: FUNAG, 2013.

MACHADO, Vilma de F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. Brasília, 2005. 328. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. p. 63-64.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (1972a). **Relatório da delegação brasileira à conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente** (mimeo). Brasília, 1972. V. 1.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (1972b). Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano. In: **Relatório da delegação brasileira à conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente** (mimeo). Brasília, 1972. V. 2, p. 32-69.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2010). **Implementação da Agenda 21, do Programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21 e dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas A/RES/64/236)**. Disponível em: <<http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-64-236-da-Assembl%C3%A9ia-Geral-da-ONU-traduzida.pdf>>, 31 março 2010. Acesso em: 18 out. 2016.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Trends and new challenges in journalism research in Brazil. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 2, p. 9-24, 2005.

MOURA, Dione O. **Do campo científico ao jornalismo científico**. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

MOURA, Dione O. A popularização da informação científica na Sociedade de Risco: em busca do diálogo. **Comunicação e Espaço Público**, Brasília, v. vi, p. 52-64, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. (1968). **Resolução 2398**. Resolutions adopted by the General Assembly during its 23rd session, 24 September-21 December 1968. - A/7218. - 1969. - p. 2-3. - (GAOR, 23rd sess., Suppl. no. 18).

NAÇÕES UNIDAS (1972a) A/CONF. 48/14/Rev.1: **Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Humano**. Estocolmo, 5 a 16 de junio de 1972. Nova York.

NAÇÕES UNIDAS (1972c). Int/2366. **Curso de planificación regional del desarrollo**. Consejo Económico y Social. 3 junio al 6 de octubre de 1972. Santiago

NAÇÕES UNIDAS (2012). **O futuro que queremos**. Rio de Janeiro: ONU, 2012. Disponível em: <<http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.

PNUMA. **Perspectivas do Medio Ambiente Mundial 2002, GEO 3**. Brasília/DF: Ibama, 2004.

SANTOS, Boaventura S. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SARGENTINI, Vanice; SÁ, Israel de; RIBEIRO, Jocenilson. Da análise das sequências discursivas à leitura do arquivo: movimentos teóricos da Análise do discurso. In: UNESCO. **El año geofísico internacional**. Werner buedeler, 1957. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001283/128396so.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

SILVA, Noêmia Félix. **Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável**. 2017. 398f. Tese (Doutorado em Comunicação). Pós-Graduação em Comunicação. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.

UICN, PNUMA, WWF. **Estratégia mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para alcançar o desenvolvimento sustentável**, 1980.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WARD, Barbara; DUBOS, Rene Jules. **Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta**. São Paulo: Edgard Blücher, Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.